

A Construção de uma Política Pública de Trabalho e Renda no município de Vitória/ES – Uma análise a partir da Agenda Vitória 2008-2028.

César Albenes de Mendonça Cruz¹

Resumo:

Neste artigo, vamos descrever a Política de Trabalho e Renda implementada pela SETGER (Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda) da Prefeitura Municipal de Vitória/ES, a partir de sua criação em 2005. Procuraremos descrever o Processo de Formação da Política Pública de Trabalho e Geração de Renda da Prefeitura Municipal de Vitória/ES, apresentar as principais ações desenvolvidas pela SETGER e discutir a relação entre as Políticas Públicas de Trabalho e Renda e o público alvo destas políticas (população em situação de vulnerabilidade social, com destaque para mulheres e jovens).

Palavras-Chave: Políticas Públicas - Políticas Públicas de Trabalho e Geração de Emprego e Renda – Qualificação Profissional - Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Vitória /ES.

Abstract:

In this article we describe the policy implemented by Work and Income Setger (Municipal Department of Labour and Income Generation) of the City of Vitoria / ES, from its inception in 2005. Try to describe the Process of Formation of Public Policy on Labour and Income Generation of the Municipality of Vitória, ES, presenting the main activities undertaken by Setger and discuss the relationship between Public Policies for

¹ O Autor é Professor da Graduação em Serviço Social e do Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local da EMESCAM/ES. Graduado em Filosofia e Mestre em Educação pela UFES e Doutor em Serviço Social pela UERJ. E. Mail: calbenes@uol.com.br

Work and Income and the target audience of these policies (population socially vulnerable, especially women and youth).

Keywords: Public Policy - Public Policy Labor and Employment and Income Generation - Vocational Training - Municipal Labor and Employment Generation and Income of the Municipality of Vitória/ES.

Introdução

Até 2004 a Políticas de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Vitória estava sob responsabilidade da Subgerência de Trabalho da SEMAS (Secretaria Municipal de Ação Social). As ações eram restritas ao Programa de Qualificação Profissional (Cursos de curta duração) em parceria com ONG's e incentivo aos Grupos Produtivos que foram os embriões da Economia Solidária.

A partir de 2005, foi criada a Setger (Secretaria de Trabalho e Geração de Renda), instituída a partir de uma demanda da população que detectou a necessidade do poder público de investir de forma mais sistemática na formação profissional e em políticas de geração de emprego e renda. A criação da Setger foi fundamental para a centralização das Políticas de Trabalho e Renda, que foi estruturada em seis gerências, a saber: *Qualificação do Trabalhador, Inclusão Digital, Promoção da Economia Solidária, Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor, Encaminhamento ao Mercado de Trabalho e Acesso ao Crédito (Microcrédito)*.

Quanto ao orçamento da nova Secretaria podemos considerar que em 2003 foi de R\$ 1.010.307,83 e em 2008 passou a ser de R\$ 8.265.621,74, sendo portanto, oito vezes maior. Podemos verificar o aporte de recursos que foram disponibilizados para a política pública de Trabalho e Geração de Renda de 2003 a 2008. Houve um crescimento substancial dos recursos, principalmente após a formação da Setger a partir de 2005. Neste sentido, podemos considerar que foi fundamental para alavancar a política pública de trabalho e renda a formação desta Secretaria.

1 - A Política de Trabalho e Renda em Vitória/ES

A política pública de Trabalho e Renda em Vitória tem se pautado em dois eixos de ação fundamentais. O primeiro é a ênfase na relação entre a elevação de Escolaridade (Educação) e Formação Profissional, e o segundo é a relação com outras Secretarias (principalmente a Semas/Secretaria Municipal de Ação Social e Seme/Secretaria Municipal de Educação).

Em relação à Qualificação Profissional, a Gerência de Qualificação Profissional vem desenvolvendo cursos de longa duração baseados em Arcos Ocupacionais que garantem mais áreas de atuação para as pessoas que passam por seus cursos. Para dar atendimento às necessidades de qualificar uma população de quase 70.000 pessoas que tem até 15 anos de estudos e prepará-los para o mercado de trabalho, está sendo desenvolvido o Centro de Referência do Trabalho – CRT. O CRT está sendo construído na antiga fábrica de juta em Jucutuquara (Fábrica 747) e entre seus objetivos podemos destacar:

- 1) Vai potencializar a Formação Profissional junto com a elevação de escolaridade;
- 2) Trabalhará com Arcos Ocupacionais (Várias qualificações);
- 3) Cursos de Longa Duração incorporando a Formação para a Cidadania;
- 4) Terá um Observatório do Trabalho;
- 5) Poderá contribuir com a Formação Profissional da Grande Vitória;
- 6) Funcionará como uma Escola Técnica Municipal

Hoje no ES, a Formação Profissional é na sua maior parte mercantilizada por instituições privadas, pelo Sistema “S” (Senai/Senac) e por algumas poucas iniciativas públicas por parte do Governo Estadual. A Formação Técnica é realizada pelo CEFETES e por algumas Instituições Privadas.

2 - Ações de Promoção de Trabalho e Renda da Setger

2.1 Gerência de Qualificação Profissional / PVQ – Programa Vitória da Qualificação

Contribui para a efetivação da inclusão social por meio de processos de formação profissional que conjugam qualificação, reprofissionalização, certificação e elevação da escolaridade visando a inserção dos cidadãos de Vitória no mundo do trabalho. Um dos programas prioritários de governo é o chamado “Inclusão Social pelo Trabalho”, que abriga o PVQ - Programa Vitória da Qualificação. Por meio dele, são desenvolvidas ações relacionadas à formação profissional do trabalhador do município de Vitória, a partir dos 16 anos de idade, especialmente os que estão em situação de vulnerabilidade social.

Os cursos têm carga horária média de 320 horas e são definidos a partir de pesquisas sobre atividades que são desenvolvidas nas regiões da grande Vitória e demandas do mercado de trabalho. Eles são realizados nas seguintes **áreas de conhecimento: Administração, Alimentação, Artes, Comércio, Confeção, Comunicação, Construção Civil, Educação, Imagem Pessoal, Informática, Marcenaria, Metal Mecânica, Pesca, Petróleo, Serviços e Turismo**. A equipe possui também a coordenação de elevação de escolaridade, que incentiva o retorno do trabalhador à escola formal, realizando um trabalho de conscientização da importância dos conhecimentos referentes ao Ensino Fundamental, Médio e Superior na vida e na profissão do cidadão. Para tanto, estabelece parceria com as Secretarias de Educação, tanto no âmbito Municipal quanto Estadual (SEME e SEDU). Na tabela abaixo, verificamos o número de pessoas atendidas pelo Programa Vitória da Qualificação de 2005 a 2007:

Tabela 1 – Dados da Qualificação Social e Profissional - 2005 a 2007

Ano de Referência	Alunos Matriculados	Alunos que Concluíram
2005	2.436	2.310
2006	2.717	1.874
2007	4.064	3.351
Total	9.217	7.535

Fonte: Gerência de Qualificação Profissional / Setger / PMV

2.2 - Oferta de Qualificação Profissional

A realidade de exclusão social, em razão da grande seletividade do acesso ao mercado de trabalho, se agrava com o esvaziamento da oferta pública de formação profissional decorrente, por um lado, da mercantilização da oferta do sistema S, que gerou diminuição da oferta de vagas para os cursos de menores aprendizes e, por outro, da diminuição do papel do estado neste tipo de ensino com o recrudescimento do ensino médio profissionalizante ofertado pela Secretaria de Estado da Educação – SEDU, e pelo IFES (Instituto Federal de Educação Tecnológica) que aumentou sua seletividade através da elevação dos pré-requisitos e da desvinculação progressiva da escolaridade e Formação Profissional. Tudo isso gerou mais flexibilidade para fins de auto-sustentabilidade dos IFES e Sistema S, onde os resultados foram mais seletividade e fragmentação dos cursos.

A municipalidade de Vitória como os demais municípios e governo do Estado do Espírito Santo, sobretudo com o processo de municipalização das políticas de emprego e renda, vem contratando das instituições públicas e privadas cursos de qualificação profissional. Alguns problemas emergem das ações formativas praticadas até então, conforme podemos verificar na tabela abaixo:

Tabela 2 – Problemas da Qualificação Profissional de Vitória

<p>a) Transferência de recursos públicos do setor público para o setor privado;</p> <p>O sistema “S” além de ser financiado por um imposto criado em 1942 obtém recursos da sociedade que bi-tributa quando paga pelos cursos profissionais. Só no ano de 2006, os recursos contratados com apenas nos projetos Juventude Cidadã e Pro-jovem ultrapassam a cifra de R\$ 1,5 milhão com o custo 2,37 ano-hora</p> <p>b) Relação custo-benefício da contratação das instituições;</p> <p>Os cursos ministrados não resultam na perenização de recursos em termos de infraestrutura onde o dinheiro é transferido para as instituições contratadas, mas não se revertem em construções e / ou equipamentos para futuros cursos.</p> <p>c) Modelos dos cursos contratados</p> <p>Os cursos tendem para uma fragmentação, pois sua formatação tem uma lógica mercantil,</p>

ou seja, mais imediatistas e circunscritos aos modelos CBOs (Cadastro Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego/TEM). São modelados por ocupação e não por Arco Ocupacional.

d) Emergências de instituições sem Know How

Muitas instituições surgem para ministrar cursos sem obterem no longo prazo a tradição necessária para a constituição de know how adequado e especialização em determinados setores como ocorre com a qualidade conquistada pelo sistema “S” e o IFES.

e) Mercantilização econômica / eleitoral das instituições formativas

Muitas instituições surgem para ministrar cursos para, duplamente, oferecer “favores” a comunidade em troca de apoio eleitoral, e se nutrir do fundo público para a sua manutenção.

Fonte: Setger/PMV

As conseqüências mais óbvias desses problemas, são a baixa carga horária, número elevado de matrículas e fragmentação formativa onde os conteúdos ministrados agregam pouca capacidade de inserção ocupacional aos egressos, servindo mais a sustentabilidade das instituições de formação profissional do que a redução da exclusão social.

2.3 - O Centro de Referência do Trabalho / CRT – FÁBRICA 747

Está sendo desenvolvido pela Setger o Centro de Referência do Trabalho que funcionará em Jucutuquara na antiga fábrica de tecelagem 747. Se tudo der certo, ela entra em operação no próximo em 2011, pois já têm suas obras em andamento. A formação profissional pensada pela SETGER deverá ter a fomatação abaixo:

Fonte: Setger/PMV



Tabela 3 – Objetivos do CRT

OBJETIVO GERAL
<p>Propiciar formas democráticas de acesso a bens culturais e competências tecnológicas, que possam gerar mobilidade e inclusão social por meio de uma nova inserção na vida social e no trabalho.</p>
<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> - Estruturar políticas permanentes de formação humana; - Superar estratégias transitórias e de curto prazo de qualificação; - Desmercantilizar a oferta de profissionalização; - Publicizar a oferta formação profissional; - Integrar as ações de Formação Profissional; - Aumentar o tempo médio da duração dos cursos de qualificação; - Garantir a gratuidade e efetividade social da profissionalização; - Reconhecer o saber fazer dos trabalhadores.

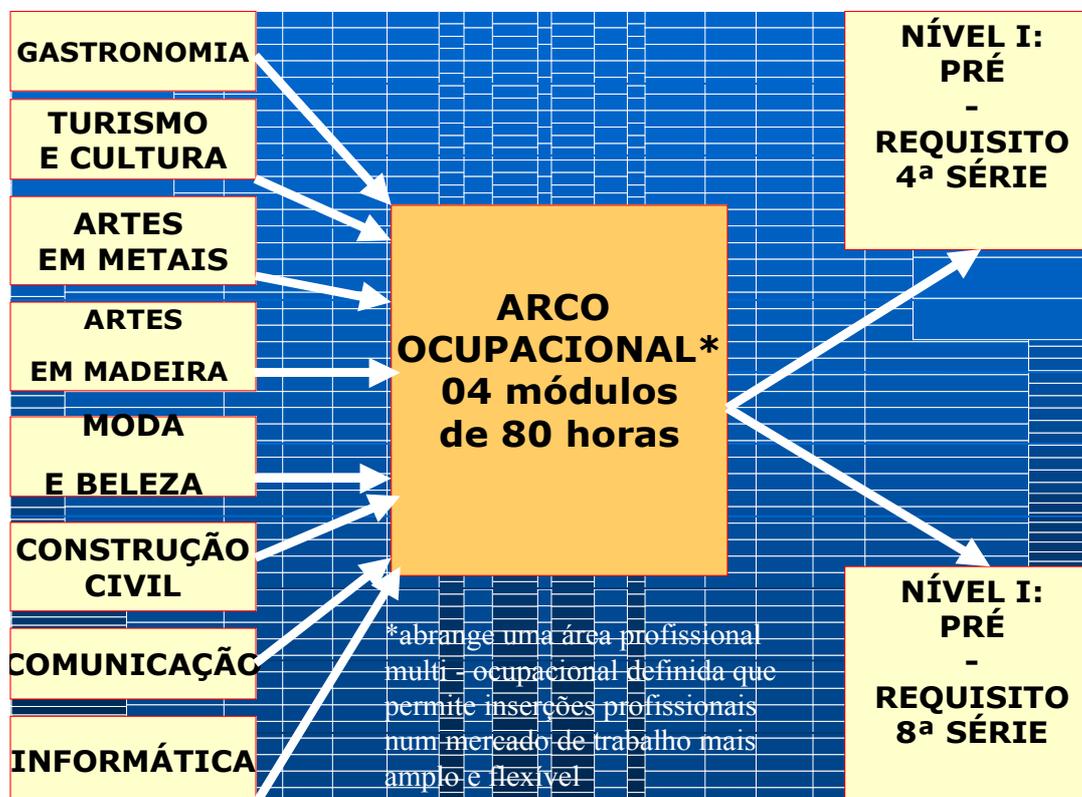
Fonte: Setger/PMV

2.4 - População Alvo

Sem perder o horizonte mais amplo de atendimento desta política social, a SETGER, nos cursos do CRT, buscará atender prioritariamente a PEA municipal, sendo que, desta, o foco preferencial, mas não exclusivo, deverá ser as pessoas responsáveis por domicílios com renda de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, com destaque para aqueles que fazem parte da população atendida pelo projeto Terra. Esse grupo de altíssima prioridade, deverá obter do setor público não somente profissionalização, mas também apoio no transporte e alimentação para fins de evitar e prevenir a evasão tão comum na escolarização desse perfil de usuários, que quando por falta de condições, abandonam ou freqüentam precariamente as atividades formativas.

Para aqueles que por ventura não apresentarem o perfil escolar adequado, exigido como pré-requisito, a SETGER, no CRT, propiciará programas de alfabetização, certificação escolar e Educação de Jovens e Adultos; para facilitar o acesso dessa população.

Apresentamos abaixo o modelo de como vai funcionar a Estrutura dos Cursos através dos arcos ocupacionais do CRT:



2.5 Gerência de Inclusão Digital

Esta Gerência cuida dos Telecentros instalados em todo o município, que garantem acesso de milhares de usuários à rede mundial da internet, além de oferecer cursos diversos e desenvolvimento de softwares livres. Existem atualmente 14 Telecentros já instalados.

Tabela 4 – Telecentros de Informação e Negócios “Casa Vitória”

1.Casa Vitória do Parque Moscoso	8.Casa Vitória de Maria Ortiz
2.Casa Vitória do Parque Mangue Seco	9.Casa Vitória de Santo André
3.Casa Vitória da Ufes	10.Casa Vitória de Santo Antônio
4.Casa Vitória de Estrelinha	11.Casa Vitória de Piedade
5.Casa Vitória de Ilha de Santa Maria	12.Casa Vitória de Resistência
6.Casa Vitória de Jardim Camburi	13.Casa Vitória de São Benedito
7.Casa Vitória de Jardim da Penha	14.Casa Vitória de Ponto Chique

Fonte: Gerência de Inclusão Digital / Setger/ PMV

No ano de 2007 e 2008 a Gerência e Inclusão Digital desenvolveu uma série de atividades entre ela, podemos citar:

- Cursos diversos, elaboração e execução de oficinas nos telecentros para as comunidades do entorno e a elaboração do projeto *Nuvem Digital*;
- Participação em diversas feiras de Economia Solidária, treinamento de funcionários dos telecentros, palestras diversas, seminários diversos sobre software livre e participação em diversos eventos;
- Mais de 15.000 (quinze mil) horas de acesso em telecentros eventuais (feiras, seminários e congressos);
- Formação de mais 1.681 alunos de informática livre.

Na tabela abaixo, podemos verificar a comparação entre Vitória e São Paulo em número de pessoas que já passaram pelos Telecentros:

Tabela 5 – A inclusão digital em Vitória por comparação técnica:

São Paulo	Vitória
------------------	----------------

11.000.000 de habitantes; 7 anos de programa de inclusão digital 1.227.607 pessoas cadastradas 165 unidades de atendimento	315.000 de habitantes 1 e meio ano de programa 12.000 pessoas cadastradas (17/01) 13 unidades de atendimento*
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Gerência de Inclusão Digital / Sendo que nos últimos 10 meses, apenas 7 unidades estão em funcionamento

Comparativo:

1. São Paulo, em sete anos, atingiu 11,16% da população, com o programa de Inclusão Digital;
2. Vitória, em menos de um ano, atingiu 3,17% da população;
3. Projetando o mesmo crescimento, a Gerência de Inclusão Digital chegará, em sete anos, a 24, 5% da população: um número jamais visto em qualquer cidade do mundo. Portanto, na avaliação da gerência, o programa está indo muito além das expectativas.

2.6 Gerência de Promoção da Economia Solidária

2.6.1 Ações demandadas no Orçamento Participativo:

1. Fomento e apoio à criação de bancos comunitários

- Repasse de recursos ao Banco Bem no valor de R\$ 100.000,00 em 2007 e R\$ 65.000,00 previstos para 2008;

Tabela 6 – Resultados das ações demandadas no Orçamento Participativo:

Meses	Crédito Produtivo		Crédito de Habitação		Total	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Jan/Fev/Mar	16	51.486,85	4	10.052,00	20	61.538,85
Abr/Mai/Jun	16	27.925,00	11	26.286,00	27	54.211,00
Jul/Ago/Set	10	15.682,00	10	21.877,00	20	37.559,00
Out/Nov/Dez	11	10.160,00	13	20.891,00	24	31.051,00
Total	53	105.253,85	38	79.106,00	91	184.359,85

Fonte: Prestações de contas do convênio 4085422/2006, aditivo nº1.

Fonte: Setger/PMV

- Curso de formação de bancos comunitários – através do Centro Público de Economia Solidária. Estão previstas 10 turmas de 20 alunos com carga horária de 96 horas.

2. Apoio à realização de feiras de Economia Solidária;
3. Criação do Centro Público de Economia Solidária;
4. Criação do Centro de Referência do Artesanato no Mercado São Sebastião;
5. Criação do Espaços de Comercialização da Economia Solidária

2.6.2- Ações do Programa Fomento à Economia Solidária

- 1) Apoio e fomento à organização dos catadores de materiais recicláveis;
- 2) Apoio e fomento à organização dos catadores de materiais recicláveis;
- 3) Apoio e fomento à grupos de economia solidária;
- 4) Divulgação da economia solidária;
- 5) Incubadora de Economia Solidária;
- 6) Fomento ao Artesanato.

Na tabela abaixo, podemos verificar quais são os principais desafios da Economia Solidária, segundo a Gerência de Economia Solidária da Setger da PMV:

Tabela 7 – Desafios da Economia Solidária

<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para a sustentabilidade dos grupos; • Implantar a Incubadora Pública de Economia Solidária; • Criar o Centro Público de Economia Solidária; • Articulação interna com outras secretarias; • Consolidar o Projeto de Apoio ao Catador de Materiais Recicláveis; • Implantar o projeto de feiras comunitárias; • Implantar o Centro de Referência do Artesanato Capixaba.

Fonte: Gerência de Economia Solidária/ Setger/PMV

Além dessas Gerências da SETGER existem também as Gerências de Apoio ao Micro e Pequeno Empreendedor, Encaminhamento ao Mercado de Trabalho e Acesso ao Crédito (Microcrédito).

3– Questões Fundamentais para se pensar o Trabalho e a Geração de Renda

a) Tradicionalmente se tem pensado e agido na questão do trabalho e da geração de renda promovendo cursos de qualificação profissional, formação de grupos produtivos ou experiências de economia solidária voltados para as demandas do mercado em geral. É preciso pensar na questão local quando se pensa em trabalho e geração de renda. É preciso ver as necessidades locais dos bairros e da cidade para se pensar numa política pública de trabalho e geração de renda eficaz, que não só prepare as pessoas para o mercado em geral, mas também para as necessidades locais, as necessidades imediatas dos bairros ou regiões onde as pessoas estão inseridas. É preciso saber casar as necessidades locais dos bairros e da cidade às ofertas de qualificação profissional, formação de grupos produtivos, ou cooperativas de economia solidária. O poder público pode e deve pensar em aproveitar os potenciais da cidade casada com as necessidades dos bairros.

Não adianta levantar apenas as demandas gerais da cidade, se elas não forem pensadas também nas necessidades dos bairros. O ideal seria casar as duas necessidades, as do bairro e as da cidade. É preciso pesquisar quais as possibilidades e necessidades que se abrem para a população e a partir delas, se pensar em casar as duas coisas.

Ao mesmo tempo, é preciso trabalhar as comunidades para que elas aproveitem as ofertas de trabalho e renda desenvolvidas pelos seus habitantes. A economia solidária pode ser trabalhada para que se possa aproveitar o potencial desenvolvido pelos grupos, cooperativas ou associações formadas pelos trabalhadores que moram em cada bairro. Cada grupo produtivo formado, precisa criar uma rede de solidariedade na sua comunidade ou comunidades vizinhas, para que sua produção possa ser consumida ou escoada e retro-alimentar o processo de produção de produtos ou serviços. Tudo isso precisa ser orientado e acompanhado pelo poder público, na perspectiva de que estas alternativas se tornem auto-sustentáveis.

b) No caso da Semas e Setger são as Secretarias da PMV que atuam diretamente com o Trabalho e Geração de Renda. A Semas cuida dos grupos produtivos formados através dos CRAS (Centro de Referência da Assistência Social), pelos Programas Sociais como o PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), o Bolsa Família e outros; para pessoas que vivem em situação de risco social. Estes grupos produtivos se organizam a partir de palestras motivacionais que incentivam a formação de grupos interessados em realizar atividades que possam trazer algum tipo de renda para as famílias que frequentam os CRAS. Estes grupos se organizam através de atividades que vão desde a culinária, passando por atividades artesanais até a confecção de roupas e outros utensílios. Estas produções são vendidas nos próprios CRAS e em atividades organizadas pela própria Semas, em parceria com entidades públicas e privadas. A Semas também realiza seus cursos em parceria com profissionais de diversas áreas e entidades da sociedade civil, como algumas Ong's (Organizações não governamentais), sendo que muitas delas estão ligadas a igrejas evangélicas. No entanto, são ações imediatas que visam assistir as famílias de baixa renda que buscam nos CRAS algum auxílio pela vida precária em que vivem. A Setger poderia entrar com a discussão da Economia Solidária para organizar e auxiliar estas experiências que se iniciam nos CRAS e que podem culminar na formação de cooperativas e associações de produtores. Aqui, percebemos que falta ainda uma articulação entre a Semas e a Setger, que acabam tentando realizar o mesmo trabalho de formação de grupos e cooperativas, acarretando uma sobreposição de trabalhos e possivelmente um desperdício de recursos humanos e financeiros. Se trabalhassem mais em conjunto, as experiências dos grupos produtivos poderiam ser potencializados.

c) Se faz necessário a criação ou articulação do poder público através da Setger com a UFES, visando a construção de uma Incubadora de Cooperativas Populares, ao estilo da Incubadora da Coppe/UFRJ. No entanto, não basta desenvolver cooperativas e associações de produtores e atirá-los ao mercado para que “se virem” por conta própria. É preciso desenvolver experiências de cooperativas e associações de produtores nas diversas áreas que oferecerão empregos, e que já foram traçadas por diversos estudos promovidos pela Agenda Vitória. É necessário pensar na integração das necessidades locais dos bairros e regiões e as necessidades gerais da cidade, como já salientado anteriormente.

Ao se criar por exemplo, áreas de proteção do manguezal de Vitória, é preciso articular passeios de escuna, com a criação do museu do mangue², com um restaurante que ofereça os pratos típicos da culinária capixaba e lojas que vendam os produtos do artesanato capixaba. Neste empreendimento, haveria a possibilidade de empregar dezenas de pessoas, além de poder se vender parte da produção das cooperativas, que produziram as diversas peças do artesanato capixaba. Além disso, o Mercado Capixaba de Artesanato a ser ativado no antigo Mercado São Sebastião em Jucutuquara, pode ser um ponto de referência para a produção deste artesanato. Vários outros pontos da cidade podem abrigar exposições da produção capixaba como o próprio Centro, e as regiões da Praia do Canto/Jardim da Penha e Jardim Camburi, além da própria Praia de Camburi.

Ao se pensar na revitalização do centro de Vitória incluída aí a Vila Rubim, é preciso pensar em que atividades podem ser organizadas por cooperativas e associações de produtores daquela região, como garantir sua participação e escoamento de sua produção. Como incentivar além da Economia Solidária através de cooperativas e associações, também o consumo produtivo para que a própria população do “em torno” possa consumir os produtos das cooperativas?

Além dessas alternativas de sobrevivência para a população excluída do mercado de trabalho que se juntam às questões gerais de desenvolvimento da cidade, é

² MATRIZ DE RELACIONAMENTO ENTRE AS AÇÕES E PROGRAMAS DA PMV COM OS EIXOS ESTRATÉGICOS DO TRABALHO “Propostas para aproveitamento das potencialidades geradas pela ampliação do Aeroporto com vista à elaboração de projetos de inclusão social no Município de Vitória”. Documento da CDV elaborado pela Coopemult, 2006.

necessário se pensar em como criar alternativas de sobrevivência ligadas às demandas dos bairros e regiões de Vitória. Por exemplo, formar pedreiros, eletricitas e encanadores que possam se organizar na forma de cooperativas para atender as demandas de seus bairros e regiões. Para isso, é necessário desenvolver uma pesquisa mais apurada para perceber as demandas de cada bairro e região, de forma que a política pública de trabalho e renda possa atuar de forma mais eficiente.

d) O Diagnóstico da Economia Criativa feito pela CDV em 2006 - Em 2006 a Prefeitura Municipal de Vitória, através da Companhia de Desenvolvimento de Vitória (CDV) contratou a empresa Andaluz & Associados para realizar: (1) Inventário de Setores Culturais do Município de Vitória, abrangendo os setores de Folclore, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música, Moda, Patrimônio Histórico, Design, Rádio e Televisão, Literatura, Arquitetura, Audiovisual e Projetos Culturais. (2) Diagnóstico Situacional dos Setores Culturais do Município de Vitória e (3) Proposições de Políticas Públicas e Ações de Fomento para os Setores Culturais do Município de Vitória.

O contrato resultou na produção de quatorze relatórios completos (inventário e diagnóstico) e um relatório consolidado contendo um quadro completo das políticas públicas indicadas pelas entidades representantes dos setores culturais. Logo depois disso, no “*Plano de Apoio às Indústrias Criativas do Município de Vitória - (2007-2008)*”. Neste relatório aparecem diversas sugestões para que cada área acima elencada possa ser desenvolvida, neste sentido, ele pode ser aproveitado para se pensar e se desenvolver diversas experiências de cooperativas e associações na área da cultura e do turismo. Aqui a Setger, junto a Secretaria de Cultura, podem pensar juntas em como transformar as possibilidades de desenvolvimento da cultura e turismo em geração de trabalho e renda.

Podemos considerar que a SETGER tem tentado atingir com suas ações o público que descrevemos acima, como sendo o público alvo das políticas públicas de trabalho e renda (mulheres, jovens e negros). No entanto, pelo seu pouco tempo de existência ainda não tem conseguido desenvolver todas as suas potencialidades. Caberá a SETGER e a PMV saber levar em consideração os possíveis cenários que apontaremos a seguir, para poder desenvolver uma Política Pública de Trabalho e Renda que de fato atinja o público que precisa desta política.

Diante das questões levantadas em relação à Política Pública de Trabalho e Renda, quais serão os desafios para Vitória?

4 - Desafios para a Política Pública de Trabalho e Geração de Emprego e Renda da Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

Tabela 8 - Cenários Possíveis: Cenário 1 – Ameaças / Cenário 2 – Desejável

Política Pública de Trabalho e Renda	
Cenário 1	<ul style="list-style-type: none"> - Isolamento de Vitória em relação aos demais municípios da GV, não articulando Políticas comuns de Trabalho e Renda; - Municípios da GV e RMGV se isolarem, cada um se pensando localmente e não se articulados globalmente; - Não articular os grandes projetos que estão sendo implantados no ES, com a formação profissional da população excluída do Mercado de Trabalho; - Trabalhar a Política Pública de Trabalho e Renda sem articulação com as demais Secretarias da PMV, principalmente as Secretarias da área social, não promovendo desta forma a inclusão social e o combate às desigualdades sociais.
Cenário 2	<ul style="list-style-type: none"> - <i>Se tornar uma referência na área de Trabalho e Renda para a GV e o restante do ES</i> - <i>Articular as ações da Política de Trabalho e Renda com os demais municípios da GV e da RMGV e com o Governo do ES/SETADES (Consórcio Metropolitano)</i> - <i>Transformar as oportunidades de Desenvolvimento do ES em Geração de Emprego e Renda / Municípios da GV e RMGV se pensarem articulados, procurando tirar o melhor proveito dos novos projetos (Aeroporto, Porto, etc.);</i> - <i>Articular os grandes projetos que estão sendo implantados no ES, com a formação profissional da população excluída do Mercado de Trabalho;</i>

	<p><i>- Articular a Política de Trabalho e Renda com as demais Secretarias da PMV, principalmente aquelas ligadas às questões sociais (Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Habitação/Projeto Terra) visando a inclusão social e o combate às desigualdades sociais)</i></p>
Qualificação Profissional	
Cenário 1	<p><i>- Oferecer Cursos de qualificação profissional sem articulação com os novos projetos de desenvolvimento da cidade de Vitória;</i></p> <p><i>- Oferecer cursos de qualificação profissional com baixa carga horária e sem a elevação de escolaridade;</i></p> <p><i>- Continuar dependente do Sistema “S” (Senai/Senac) e das instituições privadas que oferecem formação profissional.</i></p>
Cenário 2	<p><i>- Oferecer cursos de qualificação profissional articulado com os novos projetos de desenvolvimento da cidade de Vitória (Aeroporto, Porto, Turismo, Cultura, Gastronomia, etc.);</i></p> <p><i>- Oferecer cursos de qualificação profissional com carga horária de no mínimo 200 horas com incentivo à elevação de escolaridade e na forma de Arcos Ocupacionais;</i></p> <p><i>- Criar uma estrutura municipal (CRT- Centro de Referência do Trabalho) que ofereça cursos de qualificação profissional independente do Sistema “S” e das instituições privadas.</i></p>
Inclusão Digital	
Cenário 1	<p><i>- Diminuição dos Telecentros existentes e diminuição da oferta de cursos de informática e de software livre;</i></p> <p><i>- Não desenvolvimento da “nuvem digital”, não ampliando a possibilidade de acesso à internet para os moradores de Vitória;</i></p>
Cenário 2	<p><i>- Ampliação dos telecentros, principalmente para os bairros e regiões mais carentes do município de Vitória, oferecendo cursos de informática e de desenvolvimento de software livre;</i></p> <p><i>- Desenvolvimento da “nuvem digital” que irá democratizar o acesso à internet para todos os moradores do município.</i></p>
Economia Solidária	
Cenário 1	<p><i>- Não apoiar e nem incentivar a formação de bancos comunitários;</i></p> <p><i>- Não apoiar e nem incentivar a realização de feiras e espaços de comercialização dos produtos da Economia Solidária;</i></p> <p><i>- Trabalhar a Economia Solidária de forma isolada e sem articulação</i></p>

Cenário 2	<p>com outras Secretarias da PMV;</p> <ul style="list-style-type: none"> - <i>Fomentar e apoiar a criação de bancos comunitários;</i> - <i>Apoiar a realização de feiras e criar espaços de comercialização dos produtos da Economia Solidária ;</i> - <i>Criar do Centro Público de Economia Solidária e o Centro de Referência do Artesanato no Mercado São Sebastião;</i> - <i>Implantar a Incubadora Pública de Economia Solidária com o apoio da UFES/UFRJ</i>
-----------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Elaboração do próprio autor

5 - REGIÕES PRIORITÁRIAS PARA A ATUAÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO E RENDA – POLIGONAIS DO PROJETO TERRA

As Regiões prioritárias para a atuação da Política Pública de Trabalho e Renda estão situadas em bairros que concentram a maior parte da população em situação de vulnerabilidade social. Através do Projeto Terra executado pela Prefeitura Municipal de Vitória/ES foram mapeados as regiões e bairros onde esta população se encontra. Neste sentido, não só os público alvo, mas os bairros e regiões onde esta população habita estão bem definidos, cabendo então à Setger executar e monitorar suas ações visando atingir os objetivos definidos por suas diversas gerências. Segue abaixo o mapa de Vitória/ES com as regiões e bairros onde a Política Pública de Trabalho e Geração de Emprego e Renda deverá concentrar suas prioridade de atuação.

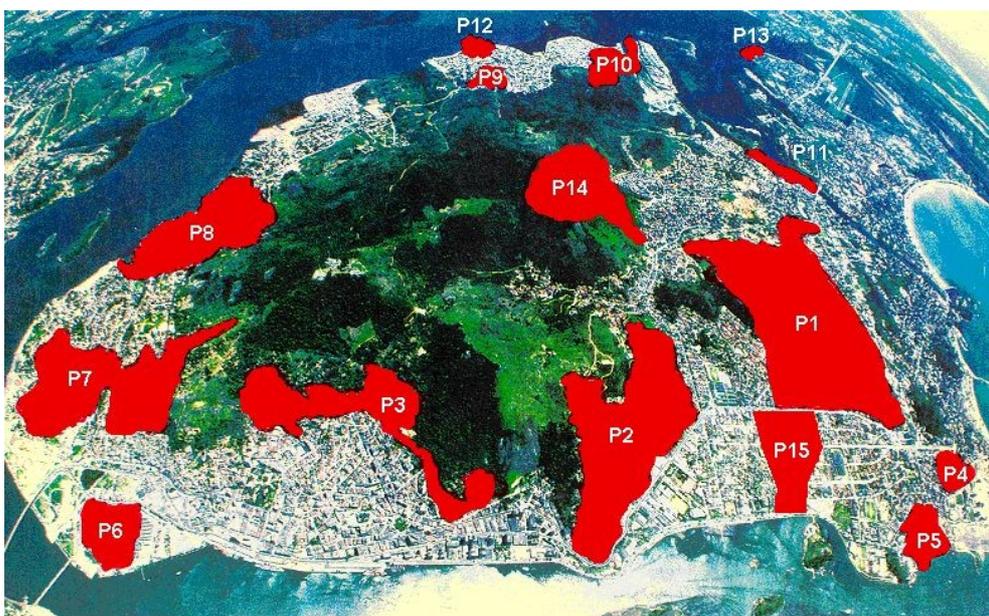


Tabela 9 – Poligonais do Projeto Terra e Bairros que as compões.

Poligonal 1	Consolação, São Benedito, Morro Gurigica, Alto Itararé, Engenharia, Jaburu, Constantino, Bonfim e Bairro da Penha	Poligonal 8	Bela Vista, Pedra do Bode e Orla de Santo Antônio
Poligonal 2	Cruzamento, Romão, Forte São João	Poligonal 9	Condusa
Poligonal 3	Piedade, Fonte Grande, Moscoso, Santa Clara e Capixaba	Poligonal 10	Conquista
Poligonal 4	Morro São José e Morro Santa Helena	Poligonal 11	Joana D'Arc, Andorinhas e Santa Maria
Poligonal 5	Jesus de Nazareth	Poligonal 12	Ilha das Caieiras
Poligonal 6	Ilha do Príncipe	Poligonal 13	Maria Ortiz
Poligonal 7	Alagoano, Morro do Quadro, Morro do Cabral, Bananal e Alto Caratoíra	Poligonal 14	Morro do Macaco
		Poligonal 15	Morro de Monte Belo e Santa Maria

Fonte: www.vitoria.es.gov.br

11 - REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. *Limites do sindicalismo: Marx e Engels e a crítica da economia política*. Bauru/SP: Práxis. 2003.

_____. *O Novo (e precário) mundo do trabalho*. Reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo. 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez/Campinas:Unicamp. 1997.

_____. *Os sentidos do trabalho*. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo. 1999.

BIRH, Alain. *Da grande noite à alternativa. O movimento operário europeu em crise.* São Paulo: Boitempo. 1998.

CRUZ, César A. M. *As Raízes do Processo de Alienação /Desalienação do Trabalho no Capitalismo*, in *Redes: Revista Capixaba de Filosofia e Teologia*, ano 4, n. 6 (Jan./Jul. 2006). Vitória: Iftav / FSV, 2006, p. 67-91.

HARVEY, D. *A Condição pós-moderna.* São Paulo: Loyola. 1992.

IAMAMOTO, Marilda. *Trabalho e Indivíduo Social no Processo Capitalista de Produção.* In: *Trabalho e Indivíduo Social.* Cortez. SP. 2001.

MATTOSO, Jorge E. L. *A desordem do trabalho.* São Paulo: Scritta. 1995.

MARX, Karl. *Capítulo VI Inédito de O Capital.* Resultados do Processo de Produção Imediata, São Paulo: Centauro, 2004.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Boitempo. 2004.

_____. *O Capital: crítica da economia política.* 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição.* São Paulo: Boitempo / Campinas: Unicamp. 2002.

_____. *A teoria da alienação em Marx.* São Paulo: Boitempo. 2006.

ORGANISTA, José Henrique C. *O debate sobre a centralidade do trabalho.* São Paulo: Expressão Popular. 2006.

www.vitoria.es.gov.br

www.ibge.gov.br

www.agendavitoria.org.br

www.ijsn.es.gov.br